

Virgílio Pereira (FLUP); António Teixeira Fernandes (FLUP); José Madureira Pinto (FEUP); Carla Aurélia de Almeida (U. Aberta); Ester Gomes da Silva (FLUP); João Queirós (FLUP) – *Ilhas, bairros sociais e classes laboriosas: um retrato comparado da génese e estruturação das políticas públicas de habitação social na cidade do Porto e das suas consequências sociais (1956-2006) - coordenadas para a compreensão*

Resumo:

No final de quase um século de controvérsia inoperante, arrancavam em 1956 as construções impulsionadas pelo programa que será responsável por um dos mais vastos movimentos populacionais comandados pelo Estado vividos pela cidade do Porto e pelo século XX português, o chamado “Plano de melhoramentos para a cidade do Porto”. Ainda que nem sempre consciencializadas enquanto tal, as transferências populacionais realizadas pelo Estado Novo, para além da sua envergadura demográfica, moldariam de forma definitiva a paisagem física e social da cidade do Porto e transformariam a respectiva Câmara Municipal, por via da construção de milhares de fogos, no maior senhorio do País. Contudo, uma tal acção, destinada a tentar remediar o problema habitacional da cidade e a afastar do centro as populações e as habitações mais pobres, as “ilhas”, não só não seria eficaz no seu propósito como terá contribuído para reconfigurar a questão social local, revestindo-a de novas propriedades. Depois de décadas de industrialização, o Porto da segunda metade do século XX permanece, inicialmente, uma cidade de indústrias e de ilhas e transforma-se também numa cidade de grandes “bairros sociais”. À medida que a segunda metade do século XX avança, os bairros crescem em número e em população (reunindo hoje cerca de ¼ da população cidadina). A habitação construída, na realidade um subproduto do “grande imóvel colectivo” definido pela baixa qualidade do edificado, teve subjacente à sua produção uma concepção punitiva da oferta habitacional estatal (contrariamente ao verificado noutros programas promovidos pelo Estado Novo). Para os seus destinatários, as fracções mais fragilizadas da classe operária, um tal programa seria, na perspectiva do Estado, mais do que suficiente. Por outro lado, tendo a acção e a inacção do Estado na cidade sido diversificada no período que se seguiu à democratização do regime em Abril de 1974 – entre outras, novas construções de alojamentos sociais; emergência e potencial apagamento da problemática do centro histórico da cidade; consolidada ausência de investimento na recuperação dos bairros sociais; permanência de ilhas e de populações mal alojadas; instalação e hesitação no uso de políticas habitacionais estatais e de programas europeus de desenvolvimento urbano; desertificação da baixa cidadina e emergência recente da Sociedade de Reabilitação Urbana –, não existe, contudo, evidência científica sistemática sobre os quadros sociais que marcam estas acções, tanto do ponto de vista do campo político local como das famílias que afectam.

Assim, e focando aspectos de natureza teórica e metodológica, procura-se com a presente comunicação dar conta do conjunto de processos de trabalho que têm possibilitado a elaboração de um inventário sistemático das intervenções urbanas com componente habitacional realizadas pelo Estado na cidade no período em apreço e, em simultâneo, que têm permitido reconstituir, à luz do olhar retrospectivo próprio da sociologia, o quadro de problemas subjacente à lógica de acção estatal no domínio em causa. Em articulação com um tal propósito, assinala-se a pertinência de um ponto de vista analítico centrado sobre os agentes que foram alvo das intervenções e o relevo de uma documentação, num registo próximo da história oral, da memória dos processos assim estruturados. Coadjuvado pela realização de um inquérito por questionário junto de amostras relevantes da população proveniente de casos significativos, releva-se a importância do estudo das trajectórias sociais dos agentes e das respectivas famílias (globalmente, e à luz do conhecimento disponível, tem-se em curso um trabalho junto de cerca de 1000 famílias repartidos por casos representativos), consagrando como referência fundamental a relação entre trabalho, família e habitação vivida.

A presente comunicação visa dar conta dos aspectos principais de um programa de investigação actualmente em curso no Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, de cuja equipa fazem parte os autores (Projecto PTDC/SDE/69996, *Ilhas, bairros e classes laboriosas*), financiado pela FCT.